



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE CONTROLE DO DESMATAMENTO E ORDENAMENTO
AMBIENTAL TERRITORIAL

Ata da 9ª reunião

Data: 22/10/2024

Horário: 14h30 às 16h30

Participantes

Nome	Instituição	Email	Telefone
Aldizio L. de Oliveira Filho	ICMBio	aldizio.oliveira-filho@icmbio.gov.br	2028-9493
André Ambrozio de Assis	MMA/SECD/DOT	andre.assis@mma.gov.br	2028-1089
Breno Menezes	ICMBio	breno.menezes.terceirizado@icmbio.gov.br	-
Caio Oliveira e Marinho	MMA/SECD/DOT	caio.marinho@mma.gov.br	2028-2364
Carlos Felipe A. Abirached	ICMBio	carlos.felipe@icmbio.gov.br	-
Daniela Nascimento	SFB/MMA	daniela.nascimento@florestal.gov.br	98416-8416
Eliani Maciel Lima	ICMBio	eliani.maciel@icmbio.gov.br	-
Felipe L. R. Barbosa	MMA/SECD/DOT	felipe.barbosa@mma.gov.br	2028-1796
Jerfferson Lobato dos Santos	IBAMA/COUSF	jerfferson.santos@ibama.gov.br	99197-4417
José Humberto Chaves	SFB/MMA	jose.chaves@florestal.gov.br	99875-6667
Marcelo M. Trevisan	MMA/SECD/DOT	marcelo.trevisan@mma.gov.br	2028-1361
Rodrigo Augusto L. Medeiros	MMA/SNPCT	rodrigo.medeiros@mma.gov.br	2028-1595
Victor Fernandes P. da Silva	MMA/SECD/DOT	victor.paula@mma.gov.br	2028-1087

Pauta

1. Informes gerais;
2. Regulamentação do art. 15 do Decreto nº 12.046/2024 (Territórios da Floresta) e sua estratégia de implementação; e
3. Discussão sobre o 3º conjunto de áreas de interesse do MMA submetidas para a apreciação da Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais (CTD), em um total de 59 áreas totalizando, aproximadamente, 1,5 milhões de hectares.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE CONTROLE DO DESMATAMENTO E ORDENAMENTO
AMBIENTAL TERRITORIAL

Principais pontos

1. O Diretor do Departamento de Ordenamento Ambiental Territorial (DOT) da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial (SECD), Marcelo Trevisan, iniciou a reunião dando boas-vindas a todos e, na sequência, realizou uma breve explicação da origem e composição do Grupo de Trabalho para a Destinação de Florestas Públicas Federais (GT-FPND) e a atuação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) na Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais (CTD), coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Também abordou a atuação geral do GT-FPND em agendas correlatas, além dos temas vinculados à CTD. Prosseguiu apresentando e dando boas-vindas aos novos analistas ambientais que, apesar de já estarem atuando há quase cinco meses, estavam participando de sua primeira reunião do GT-FPND. Notou a ausência de representantes da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBio/MMA) devido à realização da COP16 da Biodiversidade na Colômbia. Antes de passar a palavra, apresentou os pontos de pauta e relatou a estratégia de embargos coletivos de áreas degradadas por queimadas e desmatamento na Amazônia, em parceria com o Ibama e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), com vistas à reintegração de posse de áreas griladas da União;
2. Na sequência, Felipe Barbosa, do DOT, procedeu à apresentação sobre a contextualização, estratégia de atuação e atualização da implementação da agenda Territórios da Floresta. Considerando o Decreto nº 12.046/2024, que regulamenta a Lei 11.284/2006, está em fase final de elaboração o procedimento administrativo para regularização fundiária de territórios de povos e comunidades tradicionais (PCTs) localizados em florestas públicas federais não destinadas (FPFND), através de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRUs) emitidos em instrumento conjunto pelo MMA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Prosseguiu relatando que, em síntese, já foram indicadas à CTD 74 áreas, correspondendo a 9,5 milhões de hectares. Dessas, 26 áreas (4,3 milhões de ha) foram indicadas pelo ICMBio, 10 áreas (660 mil ha) pela agenda de PCTs, 3 áreas (373 mil ha) pelo SFB e 35 áreas (4,2 milhões de ha) demandam uma atuação dos membros do GT-FPND e da CTD visando avançar na definição das modalidades de destinação mais adequadas a cada uma das áreas, a depender de suas particularidades territoriais;
3. Daniela Nascimento, do Serviço Floresta Brasileiro (SFB), ressaltou o problema de diferença nas bases fundiárias, considerando que frequentemente as FPFND não estão sobrepostas às glebas públicas federais, gerando insegurança quanto ao seu real enquadramento. Marcelo Trevisan, do DOT/SECD, informou que se espera que



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE CONTROLE DO DESMATAMENTO E ORDENAMENTO
AMBIENTAL TERRITORIAL

- tal problema seja tratado na próxima revisão do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), elaborado pelo SFB;
4. O Diretor do Departamento de Ordenamento Ambiental Territorial (DOT/SECD), Marcelo Trevisan, ressaltou a importância das instituições parceiras na agenda de PCT, a saber, o Ministério Público Federal (MPF), a cooperação alemã GIZ e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio). Também complementou com um convite ao ICMBio para participar das próximas oficinas de identificação de PCTs no Acre e Amazonas, de 11 a 14/11;
 5. José Chaves, do SFB/MMA, pontuou que é necessário avançar na qualificação das áreas já indicadas, quanto ao potencial de manejo florestal, de forma a se dar prosseguimento na sua destinação, tanto para concessão quanto para outros fins. Ponderou que há a necessidade de se qualificar remotamente tais áreas, inclusive quanto aos PCTs, considerando a possibilidade de manejo comunitário como forma de frear o desmatamento ilegal e grilagem de terras;
 6. Em seguida, Carlos Felipe (ICMBio) relatou que falta finalizar com a Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (Sbio) a qualificação de 13 áreas indicadas no oeste do Estado do Amazonas, e que há indicação da presença de PCT na margem esquerda do rio Solimões, na região do Parque Nacional do Jaú. Relembrou que diversas áreas de relevância socioambiental perderam os atributos de interesse para a conservação devido a degradação ambiental por desmatamento e garimpo, somados à inação do Estado. Além disso, pontuou que, das 29 demandas de PCTs para a criação de Reservas Extrativistas (RESEX), cerca de metade tem interface com glebas públicas. Ademais, explicou que, de forma geral, glebas públicas lindeiras a rodovias, como no caso da BR-230, são muito fragmentadas e descaracterizadas, não sendo suscetíveis à criação ou expansão de Unidades de Conservação (UCs), mas que áreas com indícios de PCTs podem ser priorizadas;
 7. Por sua vez, Eliani Maciel (ICMBio) levantou a questão do reassentamento dos beneficiários da reforma agrária inseridos no Parque Nacional dos Campos Amazônicos, que não foram contemplados pelo Programa Terra Legal e, mais recentemente, das populações da RESEX da Terra do Meio. Sugeriu visitar tais áreas, buscando acertar com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) políticas tradicionais de regularização fundiária ou a criação de projetos de assentamentos diferenciados nessas regiões. Marcelo Trevisan (DOT/MMA) respondeu que cabia lembrar que há áreas que não são passíveis de regularização fundiária, e sugeriu marcar uma reunião específica para tal tema, pois é muito relevante pensar a questão do reassentamento;



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE CONTROLE DO DESMATAMENTO E ORDENAMENTO
AMBIENTAL TERRITORIAL

8. Rodrigo Medeiros (SNPCT/MMA) questionou a ausência de áreas indicadas para PCT no sul do Amazonas, norte de Rondônia e norte de Tocantins e se, depois da emissão do CCDRU, os estudos poderiam ser utilizados para os procedimentos de criação de RESEX. Marcelo Trevisan (DOT/MMA) informou que o mapa em questão não apresentava os dados de ocorrência de PCT e que o CCDRU não cria um outro tipo de modalidade fundiária, servindo como uma camada protetiva, uma garantia de direitos territoriais. Além disso, informou que não há óbice em se utilizar os estudos para processos de criação de UCs posteriormente, contudo, destacou que são estudos mais simplificados e expeditos, que podem necessitar complementação para tal fim. Também destacou que o inverso é válido, ou seja, caso haja algum processo em andamento, pode-se utilizar os estudos para a emissão de CCDRU, como forma de obter uma proteção prévia do território;
9. Foi questionado, por Aldízio Oliveira-Filho (ICMBio), a questão das glebas públicas federais no Amapá e Roraima. Marcelo Trevisan informou que tais áreas foram transferidas da União para os Estados, mas que até o momento ainda não foram feitos os destaques de alguns tipos fundiários e a devida gestão das áreas, que ficou a cargo estadual, e por isso o processo não foi concluído, resultando em mais incertezas fundiárias nesses estados. Sugeriu, ainda, analisar as terras nas faixas de fronteiras desses estados;
10. Em seguida, Felipe Barbosa (DOT/MMA) concluiu a apresentação relatando que, na 3ª reunião extraordinária da CTD, em 17/10/2024, foram submetidas 59 áreas pelo MMA, perfazendo 1,5 milhão de hectares. Destas, 36 áreas (638 mil ha) foram requeridas pelo ICMBio, 22 áreas (678 mil ha) foram resultado da implementação da agenda PCT (mapeamentos participativos e oficinas) e 1 área pelo SFB (149 mil ha). Mostrou, ainda, os resultados do procedimento de mapeamento participativo de PCTs no Amazonas, Maranhão e Tocantins;
11. Ademais, Felipe Barbosa apontou os próximos passos, sendo: reunião de secretários do MMA e MDA, com foco na definição das competências relativas às diferentes etapas do procedimento administrativo (dia 24/10); seminário de apresentação da regulamentação do Decreto 12.046/2024 (24/10); reunião ministerial para discussão do procedimento (06/11); publicação da portaria e instrumentos de regulamentação (novembro/2024); realização de ações piloto do procedimento administrativo para emissão de CCDRUs no Amazonas, Maranhão e Tocantins (04 a 22/11) e seminário de regularização fundiária de territórios tradicionais na região norte (25 a 28/11);
12. Dando sequência à reunião, o Diretor do DOT, Marcelo Trevisan, informou que a próxima oficina da CTD ocorrerá nos dias 11 e 12/12, tendo como foco a região de influência da BR-163 e a área de interesse que abrange os estados do Maranhão, Tocantins e Pará (MATOPA). Enfatizou a necessidade de organização prévia das



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE CONTROLE DO DESMATAMENTO E ORDENAMENTO
AMBIENTAL TERRITORIAL

instituições presentes para estabelecer sua pauta conjunta. Também lembrou que áreas previamente indicadas foram alvo de incêndios criminosos nos últimos meses, retomando a possibilidade dos embargos remotos pelo Ibama, em conjunto com a valoração dos danos ambientais pelo IPAM;

13. Por sua vez, Daniela Nascimento (SFB/MMA), questionou o avanço dos estudos das áreas indicadas na CTD, enquanto Marcelo Trevisan (DOT) apontou que há a necessidade de se avançar na destinação para restauração de 12 milhões de hectares de FPFND degradadas, com prioridade nas áreas com PCT. Felipe Barbosa (DOT) ressaltou que as áreas remanescentes estão cada vez menores, o que pode ser um desafio na implementação da portaria de destinação para PCTs. Carlos Felipe (ICMbio) questionou o andamento da auditoria e digitalização dos cadastros fundiários pelo Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR) no Amazonas, que, segundo informou Marcelo Trevisan, está em andamento, com previsão de finalização em dezembro de 2024. Já José Chaves, do SFB/MMA, enfatizou que o grupo precisa priorizar também as áreas com indício de grilagem de terras, qualificando as ocupações com informações do território. Por fim, Marcelo Trevisan (DOT/MMA) apontou que, de forma geral, a Amazônia como um todo está ocupada, e o parâmetro de atuação deve ser respaldado pelos objetivos do GT-FPND; e
14. Finalizadas as discussões, o Diretor do DOT, Marcelo Trevisan, agradeceu a participação de todos e encerrou a 9ª reunião ordinária do GT-FPND.

Encaminhamentos

1. O DOT/MMA irá encaminhar ofício circular aos membros do GT-FPND solicitando a análise das 35 áreas, integrantes do conjunto já indicado ao MMA na CTD, que ainda demandam definições visando sua destinação para reanálise quanto à manutenção de seus interesses na CTD;
2. O DOT e o ICMbio irão realizar reunião bilateral visando alinhar as demandas de Resex/RDS com a agenda PCT no sentido de subsidiar as próximas etapas da estratégia de emissão de CCDRU a PCT em áreas de florestas públicas federais não destinadas;
3. O DOT, o SFB e o ICMbio, contando com a participação de sua coordenação regional no Estado do Pará, deverão realizar agendas bilaterais visando levantar e sistematizar insumos que visem à indicação de novas áreas estimadas sem destinação de glebas públicas federais a serem apresentadas nas oficinas da CTD



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE CONTROLE DO DESMATAMENTO E ORDENAMENTO
AMBIENTAL TERRITORIAL

referente seus territórios prioritários da BR-163 e do MATOPA, previstas para ocorrer nos dias 11/12 e 12/12 em Brasília/DF; e

4. O DOT prosseguirá na busca ativa visando a identificação locacional de PCT em áreas de florestas públicas não destinadas, compartilhando as demandas com os demais membros do GT-FPND.